



PARTE II

**Desenvolvimento, Estado e Sociedade:
as Relações Necessárias, as Coalizões
Possíveis e a Institucionalidade Requerida**



DESENVOLVIMENTO, ESTADO E SOCIEDADE: AS RELAÇÕES NECESSÁRIAS, AS COALIZÕES POSSÍVEIS E A INSTITUCIONALIDADE REQUERIDA¹

Marco Aurélio Nogueira

No que segue, pretendo discutir precisamente aquilo que o seminário anuncia: relações entre Estado, desenvolvimento e sociedade, vistas sobretudo do ponto de vista das coalizões e da dinâmica institucional. Tanto a ementa do seminário como seu próprio título sugerem com perfeição tudo o que é fundamental para que se possa examinar a questão do desenvolvimento nos dias atuais e de uma perspectiva democrática e progressista.

Todos sabemos que o desenvolvimento é um processo inevitavelmente complexo onde quer que se delineie e seja implementado, especialmente no período mais recente da história da humanidade. No mundo moderno, de capitalismo industrial, nunca se discutiu desenvolvimento em termos espontâneos, como algo que derivaria do mero jogo econômico ou das forças do mercado. Ele sempre foi tratado como um produto social, como um valor, expressão de um desejo, portanto como um processo politicamente induzido, conduzido, comandado ou ao menos regulado pelo Estado. Precisamente por isso, não há mesmo como abordar o tema sem incluir relações, coalizões, institucionalidades.

Em nome disso, busquei fixar uma questão inicial que espero possa orientar a exposição. Se o desenvolvimento que estamos discutindo é induzido, e se depende de uma série de requisitos para poder ser implementado e ganhar materialidade, então nos deparamos desde logo com um duplo problema.

Por um lado, se pensarmos sobretudo nas condições desafiadoras deste início de século XXI, precisamos partir de uma *ideia de desenvolvimento*: de que desenvolvimento estamos falando? Já chegamos a um ponto da discussão em

1. Palestra proferida no Seminário *Desenvolvimento, Estado e sociedade: as relações necessárias, as coalizões possíveis e a institucionalidade requerida*, ocorrido no Auditório do Ipea, em Brasília, no dia 17 de junho de 2008.

que aprendemos a distinguir desenvolvimento de crescimento. Não faz muito sentido, hoje em dia, falar somente de crescimento, ainda que todo processo de desenvolvimento tenha, de modo inevitável, uma dimensão fortemente concentrada na expansão econômica. O conceito de *desenvolvimento* tem um componente “qualitativo” forte, com o que adquire outro estatuto. Ele é um fato muito mais abrangente e complexo, que envolve e exige uma ideia de sociedade, de comunidade política, de justiça social, de Estado e de economia. Justamente por isso, necessitamos de um denominador mais consistente, de uma base firme, que estou chamando aqui de “ideia de desenvolvimento” – um conceito, uma estratégia, um plano de voo que possa gerar consensos e adesões.

Salvo melhor juízo, temos aí uma primeira grande ausência. Não dispomos dessa ideia consensual de desenvolvimento. Na ausência dela, ficamos desprovidos de um impulso que projete o desenvolvimento como aspiração política e como possibilidade efetiva.

Talvez não tenhamos essa ideia básica porque o momento em que nos encontramos hoje é particularmente dramático. Nos dias atuais, paradoxalmente, o desenvolvimento é ao mesmo tempo desejado e não desejado. Há muita gente que trabalha com uma ideia passiva de desenvolvimento porque valoriza ou enfatiza os altos custos que o desenvolvimento das últimas décadas implicou para a sociabilidade humana no mundo. Somos hoje herdeiros de uma fase de expansão do capitalismo que levou a humanidade aos portais da barbárie. Se é assim, por que mais desenvolvimento? Será que nós, ao incentivarmos a busca por mais desenvolvimento – podem perguntar alguns – não estaríamos incentivando o prosseguimento ampliado dessa barbárie? Barbárie no sentido de algo que está se apropriando de maneira indevida da natureza, que não está promovendo a incorporação do social, que produziu, no curso de algumas décadas, um aprofundamento dos abismos e das fraturas sociais e está transformando a vida humana em uma usina produtiva em tempo integral, sem intervalos.

Há na discussão atual uma vertente revestida de forte apelo ético e político, que põe em xeque as proclamadas virtudes do desenvolvimento.

Além disso, entre os defensores do desenvolvimento, não há propriamente um consenso em relação ao que ele deve ser. Até muito recentemente, quando se falava em desenvolvimento se pensava estritamente em ativação do mercado, ativação produtiva. Hoje, esse discurso não está certamente morto, perdeu legitimidade. Quando muito, só aparece de forma escamoteada. Já não se pode dizer que tenha defensores combativos. No início de junho de 2008, por exemplo, foi divulgado um relatório de crescimento patrocinado pelo Banco Mundial. Ali a ideia de desenvolvimento, seguramente, não é a de ativação produtiva pura e simples. É uma ideia mais sofisticada, que apresenta o desenvolvimento como tendo um conjunto de metas que não se reduzem à vida econômica e são bem mais abran-

gentes do que ela. Do mesmo modo, ali se reconhece – de maneira atípica e surpreendente, se levarmos em conta o pensamento predominante nas últimas décadas – a relevância estratégica do Estado.

A ideia de desenvolvimento sugere hoje, de fato, algum tipo de convergência com o intuito de evitar sua limitação à dimensão econômica. Mas o modo como a economia e as demais dimensões são concatenadas nos projetos de desenvolvimento é bastante diversificado. Por isso não poderíamos partir do pressuposto de que existe um consenso preliminar para se discutir desenvolvimento.

Temos portanto uma dificuldade inicial quando pensamos em desenvolvimento em termos políticos, em termos públicos, para a sociedade, que é a dificuldade derivada da ausência de uma ideia básica daquilo que se poderia chamar de *projeto de desenvolvimento*.

Essa, porém, é somente a primeira parte do problema, e não me parece a parte mais complicada. Atrapalha bastante, mas se houver continuidade na discussão, é provável que se consiga avançar, pelo menos em termos das formulações mais gerais.

O problema é mais grave quando pensamos no segundo requisito básico de um projeto de desenvolvimento, que é a existência de uma articulação social favorável a ele, aquilo que poderíamos chamar, para economizar algumas palavras e introduzir uma expressão que convida à polêmica e à reflexão, de *pacto social desenvolvimentista*.

Se reunirmos então essas duas faces do problema, entramos num ambiente de discussão extremamente turbulento. A questão tem uma dramaticidade extra porque nenhum projeto consistente de desenvolvimento poderá excluir nem o social – ou seja, os ganhos sociais do crescimento – nem a sustentabilidade. São dois limites que freiam qualquer ideia de desenvolvimento que queira buscar legitimidade e apoio social ativo, que tenha pretensões hegemônicas e consiga angariar defensores, militantes, e que possa contar com o eventual “sacrifício” momentâneo das expectativas de uma parte da sociedade. Evidentemente, não podemos partir de uma perspectiva inocente e ingênua de achar que todos serão igualmente beneficiados ao mesmo tempo com o desenvolvimento. Como nossa sociedade é, cada vez mais, estruturalmente heterogênea, e como no modo de vida atual os desejos e expectativas dos indivíduos tendem sempre a se multiplicar sem muita coordenação, haverá ganhos e perdas nesse processo. Apoios e suportes terão de ser buscados o tempo todo.

Se o desenvolvimento se apresenta inevitavelmente como uma proposição complexa em si mesma, então ele exige um pacto social igualmente complexo, que tenha não só algum tipo de vertebração, mas muita flexibilidade na sua agenda e muita generosidade ética e política.

Seria interessante complicar um pouco mais o argumento do pacto social para dizer o seguinte: até por ser desesperadamente estratégico, o pacto social é uma operação de viabilidade altamente discutível. E isso é assim por condições estruturais e subjetivas, associadas ao modo de vida que estamos sendo levados a viver. Se queremos pensar em desenvolvimento, precisamos não só de uma ideia de desenvolvimento, mas também de uma reflexão sobre o poder, de uma teoria da sociedade (uma sociologia) e de um projeto de sociedade. A teoria da sociedade talvez já tenhamos, mas a reflexão sobre o poder não temos. Quanto ao projeto de sociedade, também não o temos e suspeito que, no mundo tal qual existe hoje, não poderemos ter.

Então ficamos em uma situação delicada, difícil. Paradoxalmente, esta é uma situação excelente para os intelectuais, e especialmente para os intelectuais públicos, que se sentem inteiramente à vontade para especular sobre o futuro do mundo, agindo normativamente, para dizer como as coisas devem ser, ou como elas não podem ser.

Creio ser muito difícil, hoje, obter o fundamental, qual seja, boas condições para um pacto social de tipo desenvolvimentista. A dificuldade básica é que vivemos numa era de esgotamento, crise e ausência de projetos de modo generalizado. Esgotamento do quê? Antes de tudo, esgotamento da ideia de desenvolvimento que fez a fama do capitalismo. Tal ideia continua a ser reproduzida, talvez até esteja no âmago dos projetos e das ideias desenvolvimentistas que trafegam por aí, no mundo ou no Brasil. Ou seja, esse desenvolvimento agressivo, como fala o relatório do Banco Mundial, a ideia de desenvolvimento que admite a ditadura do desenvolvimentismo, que fala em *catch up mentality*, a mentalidade de você correr atrás. Como se fosse razoável imaginar que exista um padrão desejável nos países mais desenvolvidos que deva ser perseguido por todos os povos. Seria como dizer que enquanto não tivermos uma renda *per capita* de US\$ 75 mil por ano não teremos chances de ser bem-sucedidos ou felizes no mundo. Então essa ideia continua a ser apresentada, mas parece esgotada. Não obterá grandes apoios no plano das diferentes sociedades.

Também está esgotada a solução neoliberal que foi proposta para as crises da economia capitalista das últimas décadas. Tal solução, que tentou ser uma intervenção para manter viva a ideia de desenvolvimento do capitalismo, também continua a ser reproduzida, mas perdeu consensos importantes e está sendo obrigada a incorporar reformulações que, no médio prazo, acabarão por “desconstruir” toda a proclamada coerência da proposta neoliberal.

Esgotou-se também a ideia desenvolvimentista que fez a glória dos países periféricos nos anos 1950, 1960 e 1970. Um desenvolvimento unilateralmente induzido pelo Estado, forte, substitutivo de importações, nacionalista etc.

Não conseguiremos extrair muita coisa da repetição, mais ou menos mecânica, dessas ideias de desenvolvimento.

Ao lado desses esgotamentos, há algumas crises que também ajudam a complicar a discussão. Vou reduzi-las a um único elemento: a crise da esquerda. E por que dar tanta importância assim à crise da esquerda? Basicamente, porque a esquerda foi nos últimos 150 anos o motor da unidade política da sociedade. Foi ela que promoveu todas as grandes agregações virtuosas na sociedade. Não foram os liberais, que não têm capacidade ética e doutrinária para fazer isso. Não foi evidentemente a direita, ainda que a direita – que é organicista – tenha ajudado a organizar a sociedade. Fez isso, no entanto, em um sentido inflexível, centrado na autoridade e em valores tradicionalistas, bem mais que na liberdade de pensamento ou em valores democráticos. Foi a esquerda que conseguiu traduzir politicamente a insatisfação social e organizar o protesto, o conflito. E se esse personagem entra em crise, praticamente ele despoja a sociedade dessa capacidade de traduzir politicamente a insatisfação. Com isso, as sociedades ficam sem o poder de produzir sínteses, ficam flutuando entre as suas contradições sem que isso gere novas soluções, ou uma nova forma de Estado, de comunidade política.

A crise da esquerda me parece hoje evidente, para dizer o mínimo, e não é evidente apenas no Brasil, é um fenômeno mundial. Ela complica bastante a montagem de qualquer arranjo social, de qualquer coalizão que tenha no horizonte um desenvolvimentismo de novo tipo, mais flexível, inteligente e generoso do que qualquer outro do passado.

A sociedade em que vivemos não se caracteriza pela passividade, é uma sociedade que verbaliza a insatisfação com bastante frequência, tanto no sentido literal como no metafórico. A insatisfação é ostensiva na vida de hoje. Não está politicamente organizada porque essa sociedade está despojada de atores capazes de alcançar as devidas sínteses. Não está, evidentemente, despojada em absoluto, mas em nível suficiente para atrapalhar bastante o processo político e social. Poderíamos ficar discutindo um bom tempo esse ponto, mas agora, nesta ocasião, vou somente deixá-lo registrado com um sinal de gravidade.

Observo por fim – levando ao limite a linha “esgotamentos-crisis-ausências” – que estamos vivendo em uma época de ausência de projetos nacionais, não apenas em decorrência da crise da esquerda, mas também como resultado do modo de ser do capitalismo globalizado em sua fase “informativo-tecnológica”. Nesse estilo de vida e de produção, que se espalha rapidamente pelo mundo, temos poucas condições de encontrar elementos que produzam novos projetos nacionais.

Primeiro porque unidade nacional, hoje, em uma visão otimista, mais se assemelha a uma meta e um desejo do que a um dado de realidade. Não existem unidades nacionais dadas, elas existem, eventualmente, como algo a ser construído,

conquistado, obtido com o passar do tempo, e nem sempre com uma dose alta de confiabilidade. Isso porque o mundo que está se organizando diante de nós, como sugere o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, está disseminando um modo de vida líquido e flutuante.² Esse modo de vida – que necessitaria ser esmiuçado criticamente, é evidente – complica bastante qualquer esforço de unificação.

Somos brasileiros e estamos sendo levados, de boa ou má vontade, a entrar no mundo da vida líquida. Independentemente de se concordar com essa metáfora, e passando ao largo de uma discussão teórica e epistemológica sobre as proposições de Bauman, creio que podemos usá-la com as devidas ressalvas e os necessários cuidados. É inegável que ela contém uma elevada dose de sugestão. Também no Brasil estamos ficando supermodernos, intoxicando-nos de tecnologia, de velocidade, de rapidez. Estamos nos individualizando e convertendo a individualização (ou seja, o movimento de descolamento relativo dos indivíduos em relação aos grupos e instituições sociais) em critério de estruturação da sociedade. Estamos também nos democratizando em termos comportamentais, em termos sociais. Estamos questionando a autoridade, a ordem, a hierarquia, problematizando as instituições, tornando-nos mais reflexivos, ou seja, absorvendo muitas informações, processando-as e forçando-as a repercutir sobre a vida social, que se dinamiza e se instabiliza bastante. Por essa via, podemos pensar em vantagens e desvantagens da vida líquida.

O problema é que estamos entrando na vida líquida em condições periféricas, pagando o custo do legado colonial e autoritário que nos é típico. Ou seja, estamos nos tornando líquidos sem deixarmos de ser pobres, com taxas de exclusão e miséria muito altas, o que seguramente produz uma química altamente explosiva, que só não explode de fato em uma guerra civil porque não tem elos, porque não tem personagens que politizem isso. Mas a situação é explosiva no sentido passivo – se é que seja possível pensar numa “explosividade” passiva – qual seja, o de conspirar justamente contra a elaboração de projetos, de pactos, de unidades, de organizações, bem como contra a fixação de instituições que sejam capazes de comandar minimamente a ordem social.

Essa condição de supermodernidade periférica é a base do nosso dilema atual. Digo dilema porque acho que vale a pena explorar as coisas positivas que existem na supermodernidade: a liberação dos indivíduos, a conversão dos indivíduos em polos ativos da sociedade, com alguma indiferença institucional, algum “desrespeito” organizacional e uma dose talvez elevada de “autossuficiência”. Trata-se de algo que pode produzir vida comunitária de novo tipo. Dá-se o mesmo com a

2. Zygmunt Bauman, sociólogo polonês radicado na Inglaterra, define a vida líquida como a forma de existência contemporânea marcada pela mercantilização das relações, caracterizada pela fluidez, incerteza, fragmentação e precariedade (BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007) (Nota dos Organizadores).

alta reflexividade, a facilidade de manusear informações, de pensar, de estabelecer comunicações, de interagir com os demais. Não há como negar que tudo isso são recursos importantes, assim como a democratização, que é real e promove muitas alterações emancipatórias nas células básicas da sociedade, na família, na escola, onde quer que seja.

Mas há o outro lado, que ganha proeminência quando se entra em contato com a miséria e que dá origem a uma série de coisas que causam espanto ou horror entre nós, como, por exemplo, as novas formas de pobreza e de exclusão, o desemprego estrutural, a sofisticação do crime. O crime hoje no Brasil só é sofisticado porque existem essas duas portas: a modernidade radicalizada e a miséria expandida. O somatório disso dá origem ao PCC em São Paulo, para mencionar um exemplo fácil. Evidentemente isso deve ser mais bem discutido, mas para mim é um exemplo emblemático, que sugere com clareza a existência de um problema que precisa ser incluído em uma agenda dedicada ao desenvolvimento.

Em condições de modernidade radicalizada na periferia, nas quais estão dados o esgotamento dos modelos, a crise da esquerda e a ausência de projetos nacionais, como pensar em desenvolvimento num registro complexo e sofisticado, ou seja, em uma ideia sustentável de desenvolvimento? Se mergulharmos na defesa de um projeto de desenvolvimento que não traga consigo uma solução, ou pelo menos um equacionamento para esses problemas de base, poderemos assistir a um longo ciclo desenvolvimentista no final do qual haverá apenas melhorias das condições da economia e do mercado, e poucos ganhos sociais, poucos ganhos em termos de comunidade política no sentido autêntico da expressão.

Como pensar então em desenvolvimento sustentável? Gostaria de arriscar um caminho exploratório, preliminar, que não resolve a questão, mas pode ser importante para sua solução.

Primeiro ponto: temos de pensar em desenvolvimento sustentável excluindo a centralidade unilateral do Estado. Ou seja, encontrando um modo de pensar coalizões que efetivamente liguem pedaços da sociedade, não pedaços do Estado como são os partidos políticos. Os partidos hoje, concretamente, na vida brasileira, expressam algumas partes do Estado, mas não expressam, efetivamente, partes da sociedade. Temos de pensar em coalizões que saibam manter o aparelho do Estado e uma ideia de Estado no centro, mas que não se limitem a isso; que tragam para o palco do projeto de desenvolvimento aquelas forças sociais que não estão necessariamente representadas no aparelho de Estado ou no sistema político do país.

Como fazer isso? Como operacionalizar tal perspectiva? Teremos de esquentar um pouco nossas cabeças para descobrir um modo de trazer – com seriedade e democraticamente – para o palco da discussão, pedaços da sociedade que

parecem ter dificuldade para se agregar. Porque a sociedade a cuja constituição estamos assistindo é uma sociedade de indivíduos, não é uma sociedade que se deixe “modelar”, como antes, pela dinâmica e pela cultura das classes, ainda que as classes existam e continuem a ser fundamentais. Mas os indivíduos estão soltos das classes, estão soltos dos grupos de referência, das organizações, por mais que se relacionem com elas.

É meio paradoxal, mas vivemos em uma sociedade hiperfracionada e muito conectada. Todo mundo está interligado e “encaixado”. No entanto, são baixas as taxas de lealdade. Onde está a adesão aos parâmetros institucionais? Como promover o ingresso organizado dos pedaços de uma sociedade que se está convertendo em uma sociedade de pedaços que são indivíduos, que formam muitas vezes grupos fugazes, nos quais se compartilham desejos, mas não pautas de ação?

Trata-se, portanto, de um exercício complicado. Precisamos de um desenvolvimento que seja estatal, que tenha uma dose expressiva de condução do Estado, de intervenção de seus aparatos, mas que não se reduza a isso; que produza e traga consigo coalizões que sejam supraestatais, que agregue os múltiplos pedaços de sociedade e encontre um jeito de se disseminar. As instituições que darão regras e operacionalidade ao desenvolvimento terão de ser mais amplas do que as instituições políticas, mesmo que venhamos a reformar a face sistêmica (as regras do jogo) da política no Brasil.

Ganharemos mais se melhorarmos o sistema educacional. A institucionalidade mestra do desenvolvimento é o sistema educacional, a comunidade acadêmica, científica. Essa área – que não é imediatamente política – pode interagir com o sistema político, pode participar dessa coalizão maior do que a coalizão promovida pelo aparelho do Estado, e pode seguramente dar uma institucionalidade forte para o desenvolvimento. Esta, no entanto, é uma institucionalidade que terá de ser não apenas criada, mas educada para vivenciar isso e se tornar, digamos, desenvolvimentista.

Ela não está preparada para isso por diferentes motivos, por algumas desgraças que vêm do passado, outras que podem ser atribuídas aos governantes ao longo do tempo, ao Estado e à organização das escolas. Mas o sistema educacional também é vítima de um processo autoimune de inflamação, por problemas que estão dentro dele e dependem dele, e que o paralisam e enfraquecem na medida em que não são resolvidos. Porque no sistema educacional também há um mundo de dissonâncias, também ali se vive em situação de “sofrimento organizacional”, ou seja, tudo é muito difícil, tem um custo muito alto e um rendimento muito baixo, com o que se cria um clima insuficiente para que se produzam lealdades e projetos coletivos, para que as pessoas se agreguem em torno de algumas coisas que tenham a ver com o “bem comum”.

Hoje o palco das organizações também está individualizado e todo esforço para superar isso é altamente custoso e demorado. Vivemos um momento muito paradoxal no mundo, com “vantagens” e “desvantagens” que se acumulam sem muita clareza. Reitero a ideia-força desta exposição: este é um mundo que está roubando da sociedade as chances que ela tem de se agregar em torno de algumas ideias, como por exemplo, a de desenvolvimento. Ele também está reduzindo, como consequência lógica, a capacidade que os governos têm de governar. A ausência de governo ou os erros governamentais que podemos contabilizar não são apenas provenientes da eventual incompetência dos governantes, por mais que ela possa ser denunciada, mas são problemas que derivam da estrutura da vida. Se hipoteticamente pudéssemos ficar trocando sem cessar os governantes, não acredito que teríamos ganhos substantivos em termos das políticas públicas. Elas seriam mais ou menos as mesmas, e obteriam mais ou menos os mesmos resultados, porque hoje o poder tem menos poder, o poder político tem menos poder e está o tempo todo sendo atropelado pelo poder da economia, pelo poder dos indivíduos, o que complica bastante a organização da vida coletiva.

Tudo isso é paradoxal porque ao mesmo tempo em que podemos registrar esse gargalo, podemos perceber que está nascendo um novo tipo na sociedade – com o que se está reinventando o protesto, o conflito, as formas de contestação, de confrontação. Estamos no começo desse espetáculo, e no começo dos espetáculos históricos todas as coisas tendem a ganhar um grau de imprecisão, uma dificuldade muito grande de se traduzir em termos de comunidade. Creio que está aí o impasse maior da discussão a respeito do desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTO, ESTADO E SOCIEDADE: AS RELAÇÕES NECESSÁRIAS, AS COALIZÕES POSSÍVEIS E A INSTITUCIONALIDADE REQUERIDA¹

Francisco de Oliveira

Vou direto ao ponto: eu não queria estar na pele do Ipea, isto é, a de um autor em busca de um personagem.² Um autor tecnicamente preparado em busca de um personagem, que é o desenvolvimento. Isso é uma situação extremamente custosa, desconfortável, como talvez nunca tenha se apresentado na história brasileira, exatamente pelas razões que Marco Aurélio tão bem cercou e explicitou, pelo que ele chamou, tomando emprestado de Zygmunt Bauman, de “vida líquida”, um enigma torturante que come vocês diariamente.

Como começou tudo isso? Não é uma história muito longa. No Brasil temos a mania de remeter para o passado, lá na escravidão, mas não foi, não. Isso se passou aqui, há 30 anos vem se desenvolvendo e tem um ponto de inflexão. Este ponto foi a destruição da capacidade do Estado brasileiro; se situa na transição de Fernando Collor para Fernando Henrique. É aí que foi dada uma paulada fundamental que desmontou as estruturas do Estado. Aquele enorme esforço institucional, histórico, que custou vidas, que custou gerações e que não foi fácil, foi desfeito de um momento para o outro.

Dáí a consequência importante que as políticas subsequentes do governo Lula só podem ser da “vida líquida”, que elas só podem ser funcionalização da pobreza, ser Bolsa-Família e outros “quetais” para tentar transformar esse “líquido” em algo concreto. O projeto Lula teria sido outro se as condições do Estado brasileiro não tivessem sido despedaçadas naquele momento. É claro que tem a ver com a internacionalização, com a globalização, com todos esses processos.

1. Palestra proferida no Seminário *Desenvolvimento, Estado e sociedade: as relações necessárias, as coalizões possíveis e a institucionalidade requerida*, ocorrido no Auditório do Ipea, em Brasília, no dia 17 de junho de 2008.

2. O autor faz referência a peça de Luigi Pirandello intitulada *Seis personagens à procura de um autor* (Nota dos Organizadores).

Aí tem um ponto de inflexão fundamental, porque aquele fantasma havia sido materializado por séculos de história nacional, por esforços desesperados de conseguir chegar ao padrão que, segundo nos diziam, todos os países deveriam alcançar. E o trágico no capitalismo é que devem ir mesmo, senão você fica jogado ali onde só há “choro e ranger de dentes”, senão você fica na “vida líquida”. Se não tentarmos alcançá-los, essa é a tragédia, aí seremos reduzidos a uma Índia de menores proporções. Já somos quase: as nossas cidades já são acampamentos. Elas não são mais cidades, elas são acampamentos onde cada um faz o que pode à custa do outro, porque a característica do sistema capitalista, como ele divide a sociedade, é que, ao contrário do que pensávamos, nós socialistas, internacionalistas de longa data, de cem anos atrás, a miséria só rouba do miserável, não rouba do rico. O crime só se dá entre os miseráveis, não se dá do miserável para o rico. Então essa sociedade “líquida”, ou uma sociedade de exceção,³ como diria Agamben, perpetra essa perversidade.

A construção do Estado nacional desenvolvimentista sem recursos foi um esforço para sair daquela situação e tentar construir uma sociedade onde os destinos não fossem desse “indivíduo líquido”. Isso foi detonado e tem consequências muito sérias para decifrar esse enigma. Porque planejar, eu também já passei por cursos de planejamento, sou mais velho do que vocês e sou calejado. Tem um comercial do PPS que diz: planejando dá certo! Doce ilusão! Doce ilusão! Planejar não é nada do que aprendemos nos manuais de planejamento. E eu fiz dos bons! Eu segui o que de melhor o pensamento latino-americano criou no século XX. Mas planejar não é nada disso.

Planejar é escolher, planejar é, usando uma palavra mais forte, discriminar. Você tem de discriminar, e discriminar contra alguém e a favor de alguém. E a “vida líquida” torna impossível você discriminar e escolher, porque se trata exatamente de indivíduos “líquidos” e não há escolhas. O Estado se dedica a uma tarefa impossível, que é exatamente, seguindo essa pauta, de atender a cada indivíduo. É impossível! Aí se multiplicam as ONGs, os programas focais, nenhum deles chega ao alvo, nenhum deles consegue o objetivo, que é retirar o indivíduo da “vida líquida” – nenhum deles consegue.

Pelo contrário, se cria um efeito perverso pelo qual o que você faz é para manter a pobreza, não é para eliminá-la. É para mantê-la em níveis razoáveis, em níveis decentes. Vou usar uma coisa muito forte: é para, como diz o presidente Lula, dar um prato de comida a cada um. Isto é o fim da picada! Isto o Estado realmente não pode fazer a não ser recriando, não o indivíduo, mas os grupos.

3. O filósofo italiano Giorgio Agamben, seguindo a trilha de Walter Benjamin em suas *Teses sobre a História*, defende a ideia de que o estado de exceção, aquele no qual a normalidade jurídica é suspensa, ou seletivamente empregada pelo poder soberano, tornou-se o paradigma político dominante do mundo contemporâneo (AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.) (Nota dos Organizadores).

Recriando de alguma maneira as coletividades por meio das quais, e pelas quais, a ação universalizadora pode atuar e chegar a resultados.

Ao longo dos últimos anos, qual foi a única redução da desigualdade que se operou no Brasil? Os estudos do Ipea dizem, só os benefícios da seguridade social conseguiram esse objetivo, nenhum outro. Nenhum dos programas focais, nenhum dos programas funcionais conseguiu o mais medíocre resultado. Só aquele que realmente saiu do estado “líquido” e atacou de frente o problema, que é o lugar desse indivíduo na classe, nesta sociedade. Não houve nenhum outro resultado, nem pelo salário real direto, nem pelas outras atividades de benefício, só ali onde a sociedade em períodos passados se organizou não para socorrer, porque esse é outro mito perigoso que já devíamos ter aprendido com Keynes – a teoria geral está fazendo 70 anos. Pelo amor de Deus! Pensar que o social está fora da economia! Quando eu vejo os ministros, da Fazenda e outros, falarem uma bobagem dessas... O social tornou-se, no capitalismo contemporâneo a partir dos anos 1930, a alavanca estrutural da economia. Qual é o segundo orçamento da República? É possível considerar a seguridade social, o segundo orçamento da República, como algo fora da economia? É a alavanca fundamental da economia, muito mais do que o setor privado, muito mais! Mas a paulada que desfez essa estrutura tornou o enigma mais difícil, mais estranho e, redundantemente, mais enigmático.

Quais são as forças a quem você deve beneficiar? Contra quem você deve discriminar e a favor de quem você deve escolher? E nós continuamos seguindo modelos e pistas de baixa complexidade quando é o contrário que se deve fazer. Nós temos de trabalhar com os enigmas mais complexos e não com os mais fáceis. É fácil nomear os atores que estão na cena social e econômica brasileira. Eu posso dizer do alto da minha indignação que foram os banqueiros, o agronegócio. Tudo bem, e daí? O que é que eu faço? Como discrimino? Como escolho? Até porque estão bastante emaranhados. É uma característica do capitalismo contemporâneo que você pode dar a paulada na cabeça de um e acertar o outro, naquele que você não queria acertar. Portanto, não se trata de reduzir a modelos simples, mas tratar a questão com uma nova complexidade. É uma sociedade “líquida”, mas altamente complexa, na qual não é fácil discriminar, não é fácil fazer escolhas, que é toda a tarefa do planejamento. Sabemos distinguir os interesses? Difícilmente!

O capitalismo contemporâneo no Brasil operou aquilo que outros perseguem há séculos. Operou o milagre de fazer com que os interesses da fração organizada da classe trabalhadora coincidam hoje com os do grande capital. Como isso se faz? Onde isso se fez? Onde esses interesses coincidem e se reforçam? Nós fizemos, o Brasil fez. Pode-se erguer esse galardão mais alto do que a bandeira que está na Praça dos Três Poderes. Os interesses de uma fração organizada dos

trabalhadores são os mesmos do grande capital por meio dos fundos de pensão. É simples: chega um projeto no BNDES, no seu Conselho de Administração, no qual têm assento as centrais sindicais, e o projeto vai para apreciação dos conselheiros. O projeto é para, digamos, homenagear o “Caldo Maggi”,⁴ para expandir o agronegócio no Mato Grosso. Vai a julgamento e lá estão os conselheiros das centrais sindicais, que vão decidir em torno do seguinte dilema: se eu negar esse projeto, as ações dos fundos que fazem parte do portfólio do meu fundo de pensão podem não se valorizar; se eu aprovar, elas certamente vão se valorizar, mas eu mato 50 índios, desemprego 200 camponeses. Pra onde devo decidir? Ele decide, inevitavelmente, a favor do projeto que dá a maior taxa de retorno. É fatal! E se não fizer isso, é um mau gestor. Se fizer, é um assassino. Esse é o dilema.

O fantasma tornou-se mais espesso, mais confuso, menos delineado, não se vê sua face. Isso cabe às decisões que os governos tomam todos os dias. Não está se decidindo sobre as bobagens que preenchem a pauta de trabalho do Congresso. Está se decidindo sobre questões reais que afetam o cotidiano. Como disse o economista Luiz Gonzaga Beluzzo: “fenômeno interessante é que não é o Estado que perturba a economia, é a economia que perturba o Estado”. É o inverso! E na velha piada infame, neste caso é o rabo que balança o cachorro! Como assim? Durante a crise política de quatro anos atrás, quando eu ouvia os comentários, achava um escândalo o que todos os comentaristas, todos os âncoras de televisão, toda a imprensa era unânime em dizer: “essa crise, qualquer que seja o seu desfecho, não deve afetar a economia.” Ora! Uma crise política que não afete a economia. Não tem mais o que fazer! Pois a política é exatamente a invenção grega fundamental por meio da qual você corrige as assimetrias que a economia cria. Isto é que é política! Política não é fofoca de Renan Calheiros. Política é decidir sobre isso. Ora, se você retira da política essa capacidade, não há mais política. Acabou. É isso o que Marco Aurélio estava tentando nos dizer. Anula-se a capacidade da política e, portanto, o enigma permanece: como planejar? O que escolher? O que hierarquizar? Não sabemos mais.

A sociedade ganhou em complexidade. Para Juscelino Kubistchek, o herói desta cidade,⁵ era fácil discriminar. Aqui no cerrado era um imenso vazio, as lacunas do setor industrial eram visíveis e enormes, era relativamente fácil. Assim mesmo, atenção: custou-lhe três tentativas de golpe de Estado. Mesmo sendo fácil escolher, mesmo sendo fácil discriminar. Imagine hoje com essa teia de interesses extremamente emaranhada, que se reforça, e que na verdade expulsa o Estado das decisões. Aí não dá outra: nesta sociedade “líquida”, o que sobra ao Estado é

4. O autor faz um trocadilho com o nome de Blairo Maggi, governador do Mato Grosso (Nota dos Organizadores).

5. A palestra aconteceu em Brasília (Nota dos Organizadores).

aquilo que Agamben chama de “a vida nua”.⁶ O que sobra é socorrer os pobres no extremo da linha. O que sobra é não deixar que morram de fome no extremo da linha. Mas resgatá-los, retirá-los da pobreza não é mais tarefa do Estado. O Estado renunciou e nós renunciámos a isso. Nós renunciámos por meio de nossas ações e de nossas opções. Esse é o dilema real.

O Brasil cumpriu a missão de fio a pavio. Esta é, certamente, depois da Índia, a sociedade com organização democrática mais completa. Temos tudo. O Brasil cumpriu tudo, tem instituições políticas notáveis, firmes. O eleitorado brasileiro, paradoxalmente, cresceu enormemente devido à obrigatoriedade de votar. E a *Folha de S. Paulo* me vem com essa besteira neoliberal de que o voto deve ser livre, de vota quem quiser. Wanderley Guilherme dos Santos mostra como, sistematicamente, a democracia brasileira cresceu, expandiu-se. Você pode votar hoje no Maranhão além da opção de Sarney ou Sarney. Quem fez isso? O crescimento do eleitorado brasileiro. O crescimento da democracia brasileira, a fundamentação das instituições democráticas do Brasil. De forma que cumprimos a lição de casa perfeitamente. Temos todas as instituições necessárias para um bom funcionamento da sociedade e da economia. Só não temos o personagem, só falta ele. Porque este está sendo roubado pelo predomínio da economia. Enquanto todos os ministros e qualquer funcionário da União podem ser processados, o presidente do Banco Central não pode. Ele ganhou estatuto de ministro para quê? Para blindar a economia. Para quê? Para retirá-lo da ação política ao alcance dos cidadãos.

E o nosso ministro da Fazenda – que é um homem honrado, devo dizer logo de saída, pois alguém pode pensar que eu estou aqui com ressentimento – propôs o Fundo Soberano.⁷ O que quer dizer Fundo Soberano? Você aprende com Bertold Brecht: leia pelo avesso que a verdade sai! Fundo Soberano quer dizer investir na soberania dos outros. O Fundo Soberano sai do alcance dos cidadãos. Ele vai estar no exterior para ações no exterior. É retirar de novo uma parte importante do PIB brasileiro do alcance dos cidadãos. É isso o Estado da “vida líquida”. Aí você desmonta o pouco que a sociedade conseguiu duramente construir para sair de uma “vida líquida” pretérita, anterior, onde era cada um por si e, me desculpem os crentes, Deus contra. Agora nós voltamos a isso. A confusão é tão grande que um diz que é para uma finalidade e o outro diz que é para outra. O ministro

6. Agamben define como vida nua, a vida pura, isto é, a simples vida, desprovida de todos os seus atributos políticos. A vida nua, *zoé* para os gregos, se contrapõe ao *bíos*, a vida qualificada, aquela exercida dentro dos muros da *polis* (AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer I**. O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: UFMG, 2003) (Nota dos Organizadores).

7. “Os fundos soberanos, também conhecidos como *Sovereign Wealth Funds* (SWF) ou Fundos de Riqueza Soberana (...) são, pois, um patrimônio em moeda estrangeira, em geral aplicado fora do país. Administrados por organismo estatal, geralmente são utilizados no apoio à produção nacional ou em projetos internacionais de interesse do governo que os detêm.” (BELLO, Teresinha da Silva. Um fundo soberano brasileiro: É o momento?. **Texto para Discussão FEE**, n. 25, jan. 2008) (Nota dos Organizadores).

da Fazenda, o presidente do BNDES e o presidente do Banco Central, ninguém se entende a respeito do Fundo Soberano. Mas não tenham dúvida que ele será criado. Vai tirar uma parcela a mais da riqueza brasileira produzida pelo conjunto da sociedade das decisões políticas que dizem respeito a ela. Uma espécie de culminação desse processo glorioso.

Hoje, seria fácil discriminar – portanto, planejar. Todas as lacunas anteriores foram preenchidas, mas falta o personagem. Este personagem cabe à institucionalidade política também, largamente completada, sobretudo completada como no Ocidente, quando entrou para valer na arena política o partido de massas; enquanto isso, a democracia brasileira era algo como perfume francês: uma coisa excitante, mas evanescente. Mas entrou para valer o partido de massas na arena política e aí começou a democracia. Portanto, havíamos completado a estrutura política necessária para essas coalizões, para essas escolhas, e aí, de repente, nos escapou das mãos, foi-se por entre os dedos. Como explicar isso?

Explica-se, primeiro, pelo fato de que a estrutura fundamental que suportava o projeto desenvolvimentista brasileiro, sem vergonha e sem reбуços, foi para o espaço, foi detonado. Reconstruí-lo não é fácil, nem necessário, pelos velhos caminhos. Por onde ir? Os movimentos sociais que deram a pauta em algum momento foram tragados, só restou o MST, e ele é anacrônico. O movimento social vigoroso que restou é rigorosamente anacrônico. Ele quer de novo o país de três alqueires e uma vaca. Este não é mais o problema, esse problema foi superado, está para lá disso. O Brasil é um paradoxo constante, um país de famintos que é o maior exportador mundial de carnes. Quem já viu uma coisa dessas? Portanto, o projeto dos três alqueires e uma vaca está superado. Trata-se de outra coisa: trata-se de realmente apropriar de forma pública e democrática essa superação. É colocar o “Maggi” no fundo da panela, de onde ele nunca devia ter saído, e apropriar esse enorme avanço que o agronegócio fez. Deixar de pensar em escolhas fáceis; elas não são mais fáceis, elas requerem uma alta complexidade política e social.

Uma vez, eu estava em um seminário do PT discutindo com ninguém menos que João Pedro Stédile; estava discutindo um *paper*, tentando desemaranhar a estrutura de classe brasileira e João Pedro veio e me disse facilmente: existe a burguesia, os latifundiários... e eu disse: que fácil João! E por que você não pega eles e os enforca todos como prometeu Voltaire um dia? “Enforca o último burguês nas tripas do último cura!” Por que você não faz isso? Porque você não pode, João! Porque os seus assentamentos só existem se o Estado brasileiro der dinheiro, e para de conversa.

Não é, portanto, voltar, nem dar um passo atrás. O velho mestre insuperável, e o tático mais eminente que a política mundial criou, chamava-se Vladimir Lênin e ele disse que era preciso dar um passo atrás e dois para frente. É isso que

temos de fazer! É um passo atrás e dois para frente e vocês do Ipea estão com a massa na mão. Vamos amassar essa massa, senão só haverá espaço para políticas funcionais. Vocês serão convocados para desenhar em minúcias a cesta básica. O salário mínimo decretado por Vargas em 1940 tinha mais dignidade semântica, ele chamava-se mínimo mesmo. E não essa história de cesta básica; isso é “tuca-nês” segundo José Simão, que é o melhor analista político do Brasil.

